

Eu preferiria não: a imaginação como procedimento de linguagem

I would prefer not to: imagination as a language procedure

Resumo

Esse texto ensaia um pensamento comprometido em experimentar um deslocamento na forma como a imaginação é usualmente convocada no campo educacional e curricular. Em vez de concebê-la como faculdade mental voltada à projeção de futuros, movo-me inspirada pela leitura de Gilles Deleuze da novela *Bartleby, o escritorário*, de Herman Melville, assumindo a fórmula Eu preferiria não como operador ético-político capaz de desestabilizar a gramática imperativa da linguagem pedagógica. Trata-se, assim, de tensionar as formas hegemônicas de linguagem que atravessam as práticas e teorizações em educação, ancoradas em uma razão funcional, projetiva e teleológica; a partir de três fios: (1) a recusa enigmática de Bartleby como procedimento de linguagem; (2) a crítica à gramática dos querereres que estrutura o discurso educacional; e (3) a imaginação como gagueira — uma vibração da linguagem que interrompe seus usos funcionais, abrindo espaço para outras formas de sensibilidade e escuta.

Palavras-chave: Imaginação, Educação, Deleuze, Bartleby.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). nathalia_tb@hotmail.com

Abstract

This text essays a thought committed to experimenting with a displacement in the way imagination is usually invoked in the educational and curricular field. Rather than conceiving it as a mental faculty oriented toward the projection of futures, I move inspired by Gilles Deleuze's reading of Herman Melville's novella Bartleby, the Scrivener, assuming the formula I would prefer not to as an ethical-political operator capable of destabilizing the imperative grammar of pedagogical language. Thus, it is a matter of tensioning the hegemonic forms of language that permeate educational practices and theorizations, anchored in a functional, projective, and teleological reason; based on three threads: (1) Bartleby's enigmatic refusal as a language procedure; (2) the critique of the grammar of willings that structures educational discourse; and (3) imagination as a stuttering—a vibration of language that disrupts its functional uses, opening up space for other ways of sensibility and listening.

Keywords: Imagination, Education, Deleuze, Bartleby.

“Na parede branca do escritório, diante de um mundo que quer eficiência, clareza, produção – Bartleby, solicitado a cumprir uma tarefa simples, responde com uma frase que desloca tudo: Eu preferiria não.”
Herman Melville

Para começo de conversa...

Abril de 2025. Abro a caixa de entrada do e-mail e me deparo com uma mensagem solicitando o título da fala para o encontro Laboratório de Arte, Filosofia e Literatura: tecnologias da imaginação, do qual participaria dentro de 30 dias. O convite havia sido feito alguns meses antes, e desde então comecei a me indagar: por onde entrar nessa conversa? O caminho mais evidente seria seguir com as inquietações disparadas durante a minha pesquisa de doutorado, na qual exercitei, por meio da constituição de um *corpus* teórico Queer, colocar em fricção a física quântica e os estudos em currículo em um trabalho quimérico – e, nesse sentido, exageradamente imaginativo – junto à Teoria

Q/Curricular¹. Àquela altura, foi em meio aos cacos produzidos no entrechoque dos mundos quântico e curricular que vislumbrei a possibilidade de estender a imaginação até a porta do caos para, de lá, teorizar impossibilidades como forma de apostar na diferença, num gesto que chamei de cosmopolítico², no sentido proposto por Isabelle Stengers – uma fabulação especulativa comprometida em pensar o impensável em educação.

Porém, ante à solicitação do *e-mail*... hesitei. Afinal, definir um título é uma responsabilidade muito grande, pois se espera que ele tanto antecipe o tema central como o faça de um modo instigante. O problema é que eu ainda não havia me decidido sobre o quealaria e seria preciso começar a escrever para descobrir. Isso porque, talvez, eu tenha levado a sério demais a lição deixada por Foucault em sua entrevista à Claude Bonnefoy:

*“A escrita consiste essencialmente em empreender uma tarefa graças à qual e ao final da qual poderei, para mim mesmo, encontrar alguma coisa que não tinha visto inicialmente” [...] “Só descubro o que tenho para demonstrar no próprio movimento da escrita, como se escrever fosse precisamente diagnosticar aquilo que eu queria dizer no exato momento em que comecei a escrever.”*³

O curioso, contudo, é que, minutos antes da mensagem recebida instaurar essa inquietação, eu estava imersa na releitura de *Bartleby*, o escrivão, a novela de Herman Melville, autor de *Moby Dick*. *Bartleby*, um homem “palidamente limpo, tristemente respeitável, incuravelmente pobre”⁴ e de semblante sossegado, havia sido contratado sem referências num escritório de advocacia. Inicialmente, ele realizava uma quantidade extraordinária de trabalho. Até que, certa vez, quando chamado pelo advogado para cotejar os documentos e conferir as cópias feitas pelos colegas do escritório, surpreende ao responder: *Eu preferiria não*. E a partir daí, para toda e qualquer demanda do seu empregador a resposta do escrivão seguiu-se, invariavelmente,

1 Terra, N. *Quantizar os estudos em currículo: experimentações aberrantes*. 2023. 189f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

2 Stengers, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.

3 Foucault, M. Conversa entre Michel Foucault e Claude Bonnefoy. In: _____. *O belo perigo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016, p. 33-77.

4 Melville, H. *Bartleby, o escrivão*. Jerusalém: Ruriak Ink, 2013.

a mesma – *Eu preferiria não*. Foi, então, que capturada pela intensidade retumbante da fórmula Bartlebyana, me flagrei pensando: E se eu respondesse ao cordial e-mail com um *Eu preferiria não*?

A ideia, aparentemente banal, foi levada tão a sério que decidi mantê-la no título da apresentação. Quanto ao seu complemento – a imaginação como procedimento de linguagem –, sua escolha se deu por ocasião da tentativa de, em diálogo com leitura de Gilles Deleuze acerca da fórmula⁵, encarar um incômodo que tenazmente me assedia, a saber, problematizar um certo tom imperativo que me parece saturar a linguagem educacional e pedagógica contemporâneas.

Cabe, com efeito, uma ressalva indispensável: esse ensaio não se propõe a realizar um comentário exegético do texto de Deleuze. Em vez disso, arrisco um movimento inspirado pelo próprio filósofo, por ocasião de sua *Carta a um Crítico Severo*⁶ a respeito de sua relação com a história da filosofia. Numa espécie de imaculada concepção, Deleuze admitia que se imaginava “chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu, e no entanto seria monstruoso”⁷. De semelhante modo, também eu busco aqui operar essa mesma “espécie de enrabada”⁸ ao me dispor a experimentar, de modo introdutório e tateante, suas contribuições em torna da leitura da fórmula de Bartleby a fim de fazê-la variar e ressoar no interior do campo educacional e curricular.

Em jogo, habita uma questão de fundo: a linguagem educacional e curricular opera, como sugere Sandra Corazza⁹, por meio de palavras de ordem e imperativos normativos que tendem a fixar e encapsular a diferença. Tais aspectos normativos se materializam nas notas prescritivas das políticas curriculares, nos manuais didáticos, nos discursos oficiais sobre competências e habilidades, na mobilização de uma linguagem tecnocrática e gerencialista que envolve a educação e o currículo em uma tecnologia do desempenho¹⁰. Na esteira desse pensamento, tal linguagem imperiosa aciona uma maquinaria

5 Deleuze, G. Bartleby, ou a fórmula. In. *Crítica e Clínica*. Tradução por Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2019.

6 Deleuze, G. Carta a um crítico severo. In. *Conversações*. Tradução por Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, p. 11-22, 2013.

7 Ibidem, p. 14.

8 Idem.

9 Corazza, S. Pesquisar o acontecimento: estudo em XII exemplos. In: Tadeu, T. T.; Corazza, S.; Zordan, P. *Linhas de escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 7-78.

10 Deleuze, G., op. cit., p. 94.

discursiva que opera tentando delimitar, de antemão, o que é preferível, útil ou eficaz. Ocorre que, mesmo quando tais sentidos são colocados em disputa e discursos alternativos são ensaiados em contraposição, a saída frequentemente reencena a mesma lógica normativa, apenas prescrevendo um novo preferível por oposição.

O que procuro considerar é que sejam as perspectivas tecnicistas e neoliberais, sejam as abordagens ditas críticas e progressistas, ambas as vertentes aparentemente se mostram incapazes de abdicar da vontade de enunciar um preferível. O que me interessa, portanto, não é disputar o sentido ou o conteúdo daquilo que se deve preferir para educação e nos currículos, mas ousar imaginar uma linguagem “cujo meio de sobrevivência consiste em preferir não cotejar”¹¹. Um modo mesmo de assumir a “lógica da preferência negativa: negativismo para além de toda negação”¹² para, quem sabe, cavar na língua pedagógica uma espécie de língua estrangeira para a qual não importa afirmar uma vontade de nada, mas um nada de vontade que suspende o automatismo ao desativar o próprio mecanismo da escolha, abrindo-se à potência do pensamento como pura diferença.

Para tanto, tomo a fórmula de Bartleby como um operador ético-político junto ao campo educacional e curricular, valendo-me de sua força de suspensão, desestabilização e abertura, a fim de sugerir uma outra mirada: uma em que a imaginação – não mais pensada como faculdade psicológica movida pela vontade de criação do novo ou orientada à projeção utilitária de futuros – possa ser considerada em termos de um procedimento de linguagem menor¹³, capaz de permitir perturbar a gramática que sustenta as teorizações pedagógicas dominantes. Afinal, diante das tentativas de fixar e encapsular a diferença, que força de pensamento emerge se a imaginação assumir o contorno de um *Eu preferiria não* — instalando uma gagueira, uma loucura sutil que interrompa os usos funcionais da linguagem educativa? Se o gesto de Bartleby explicita uma impossibilidade radical ao criar uma língua estrangeira dentro da própria língua, que aberturas se realizam para a educação e o currículo quando o esvaziamento do discurso e a hesitação nos fazem, finalmente, respirar fora dos sulcos projetivos da vontade?

11 Idem.

12 Ibidem, p. 95.

13 Deleuze, G.; Guattari, F. *Kafka*: por uma literatura menor. Tradução por Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

Para isso, procuro desdobrar os seguintes fios: (1) a recusa enigmática de Bartleby como procedimento de linguagem; (2) a crítica à gramática dos que-
rerer que estrutura o discurso educacional; e (3) a imaginação como gagueira – uma vibração da linguagem que interrompe seus usos funcionais, abrindo espaço para outras formas de sensibilidade e escuta. Trata-se portanto, de um modo de entrar no jogo de sentir-pensar os impactos éticos-políticos da imaginação no campo educacional/curricular, mas também de interpelá-la provocativamente por meio de uma escrita afinada a uma ética da hesitação e da recusa gentil — uma escrita que se orienta menos pela busca de um argumento central do que pela produção de fendas, rachaduras no discurso.

Bartleby e o enigma da recusa

A fórmula de Bartleby – *Eu preferiria não* é analisada por Deleuze em seu livro *Crítica e Clínica*, mais precisamente no capítulo dez intitulado *Bartleby, ou a fórmula*. O filósofo abre o texto com três afirmações: Bartleby não é uma metáfora do escritor ou símbolo de coisa alguma, o texto é violentamente cômico e, para Deleuze, o cômico é sempre literal. Além disso, segundo o filósofo, essa novela pertence a uma linhagem subterrânea e prestigiosa, de modo que ao se debruçar sobre a fórmula, afirma que ela só quer dizer aquilo que diz, literalmente, e “o que ele diz e repete é PREFERIRIA NÃO, I would prefer no to”¹⁴. Inicialmente, Deleuze observa um certo maneirismo, uma solenidade estranha no uso do verbo “preferir”, cujo emprego no sentido mobilizado por Bartleby é inusual. Em seguida, destaca que a extravagância da frase extrapola a palavra em si, residindo em seu término brusco, o *not to*. Por exemplo, ao ser solicitado a copiar, Bartleby não diz *Eu preferiria não copiar*, mas simplesmente: *Eu preferiria não*. E, embora sintática e gramaticalmente correta, a frase proferida por Bartleby “deixa indeterminado o que ele rechaça”¹⁵.

Uma vez que toda linguagem carrega pressupostos e pressupõe a referência contínua de palavras a outras palavras; ao dizer reiterada e insistentemente *Eu preferiria não*, Bartleby parece interromper esse funcionamento. Tal operação adquire certa extravagância, e até mesmo uma radicalidade, por, justamente, deixar em aberto o que está sendo recusado, de modo que “apesar

14 Deleuze, G., *Crítica e Clínica*, p. 91.

15 Idem.

de sua construção normal, ela soa como uma anomalia¹⁶, na medida em que desconcerta pela ausência de referência instaurando uma espécie de entrave comunicativo. A fórmula atinge, assim, uma espécie de função-limite: ela descola a palavra da ação, desvincula a fala da afirmação de um preferível e atinge o irremissível, constituindo um “bloco inarticulado, um sopro único”¹⁷, algo analisado com todo o rigor pelos linguistas como uma agramaticalidade. É como se a fórmula Bartlebyana interrompesse o fluxo da fala informativa ao impedir a representação.

É nesse ponto que a fórmula se torna um enigma. Ao dizer – *Eu preferiria não* – Bartleby não se opõe frontalmente, tampouco adere formalmente. Antes, instala dentro da lógica binária do sim ou não uma zona de indiscernibilidade que torna impossível aos seus colegas de trabalho determinar o que de fato ele deseja. Por meio desse enunciado, o escrivão provoca uma interrupção no uso comum da linguagem, não por hermetismo ou incompreensibilidade, mas porque sua fala não se refere a nada fora dela mesma. Desse modo, ela habita um entre: entre o sim e o não, o fazer e o recusar. Ao produzir essa suspensão, sua recusa não assume a forma de uma resistência dialética convencional, mas opera por subtração, retirando a adesão ao próprio jogo da escolha. Ao dizer *Eu preferiria não*, Bartleby habilita uma certa capacidade de desorganizar o jogo da linguagem desativando as alternativas ao tornar indiscernível tanto o que é preferível quanto o que é não preferível, limitando-se tão somente a colocar a impossibilidade de que se saiba a que elas se referem.

Pode-se dizer que esse gesto silencioso da fórmula soa arrasador e produz efeitos devastadores no cotidiano produtivo do escritório onde Bartleby trabalha, colapsando as tarefas e as certezas desse espaço. O narrador da novela, um advogado que o emprega, percebe-se impotente e não consegue nem demitir Bartleby nem justificar sua permanência. Já seus colegas, começam a repetir, involuntariamente, o verbo preferir em seus diálogos cotidianos, ainda que muitas vezes de modo inadequado. Se por um lado, “a fórmula germina e prolifera”¹⁸ torcendo a língua alheia, é o efeito sobre Bartleby que Deleuze toma como essencial, pois ao dizer *Eu preferiria não*, Bartleby não apenas recusa o que prefere não fazer (cotejar), mas torna impossível o que ele fazia (copiar).

16 Ibidem, p. 92.

17 Ibidem, p. 91.

18 Ibidem, p. 93.

Fato é que o colapso se presentifica, e ele é menos institucional do que linguístico. Ao eliminar a referência deixando indeterminado o que recusa, a frase proferida por Bartleby opera produzindo um buraco no discurso, um esgotamento da linguagem que cria um vazio. A cada tentativa de interpelação, perguntado do porquê da recusa, Bartleby responde: Eu preferiria não. Ao ser indagado se começaria a ser um pouco razoável, torna a dizer: Eu preferiria não. Quando confrontado a dar uma resposta: Eu preferiria não. A linguagem, da qual o mundo corporativo e social exige inteligibilidade e eficiência, vê-se esvaziada de sua função comunicativa. Numa perspectiva deleuziana, a fórmula retira a adesão à própria lógica da representação ordinária, trazendo “à luz novas potências gramaticais ou sintáticas. Arrasta a língua para fora de seus sulcos costumeiros, leva-a a delirar”¹⁹. O enigma reside, portanto, na potência de uma recusa que, por não se completar numa negação ativa, instaura uma interrupção que paralisa a engrenagem produtiva ao impedir a adesão em qualquer direção. E, nesse gesto, enlouquece todos os que o cercam.

A esse respeito, Ítalo Tronca no posfácio da novela de Melville menciona:

*“À primeira vista, Melville conta a história de um homem que preferia não fazer nada, um homem que adotou o imobilismo como forma de viver, um louco. É surpreendente como Jorge Luis Borges, no prólogo, também foi seduzido pelo registro da loucura (...). O mais provável, contudo, é que Borges tenha feito uma leitura invertida do sentido de Bartleby. Para ele, o escrevente é o louco, o irracional que contamina os demais e revela o caos da História. Não parece que foi isso que Melville quis dizer; a loucura, a irracionalidade não estão em Bartleby e sim na ordem exterior.”*²⁰

À primeira vista, Bartleby não encarna a desrazão; ao contrário, ele expõe o absurdo do funcionamento normativo e imperativo da linguagem de tal maneira que sua recusa não se opõe ao mundo, mas o interroga. Nesse sentido, seguindo Deleuze, torna-se instigante pensar o *Eu preferiria não* como operador de um outro regime de linguagem capaz de interromper automatismos, suspender expectativas de sentido e abrir espaço à hesitação — operação que delineia, precisamente, o papel político que aqui se atribui à imaginação. Assim, importa deslocar a imaginação de seu uso instrumental, considerando-a como esse tipo de recusa a um não preferido sem afirmar um preferível,

19 Ibidem, p. 9.

20 Deleuze, G. *Conversações*, p. 57-58.

a fim de perguntar: que aberturas emergem quando a imaginação, enquanto procedimento de linguagem, abdica de projetar o preferível para operar como pura força de suspensão bartlebyana? Dito de outro modo, qual impossibilidade a imaginação ajuda a sustentar ao introduzir uma gagueira que desativa o próprio mecanismo da vontade?

Com isso, procuro movimentar senão uma inversão, ao menos um modesto deslocamento. Na contramão da imaginação entendida como faculdade produtiva voltada à projeção de futuros desejáveis, interessa-me considerá-la como procedimento de linguagem em sua força de interrupção: uma imaginação implicada na recusa, no desvio, na suspensão dos imperativos da linguagem educacional em seus mecanismos de captura; uma imaginação que, em vez de ampliar o campo do desejável, possa desestabilizar o próprio jogo da significação, instaurando hesitação no lugar de certeza e rachaduras no lugar da (in)coerência da funcionalidade, a fim de permitir desarticular o terreno do império da linguagem produtiva.

É esse movimento que nos conduz ao segundo fio desse texto – a crítica à gramática voluntariosa que estrutura o discurso pedagógico.

A gramática dos quereres e o discurso educacional

A linguagem educacional é profundamente marcada por imperativos e expectativas normativas. Arrisco dizer que, ainda que sustentada por distintas intenções políticas ou pedagógicas, as práticas e teorizações do campo educacional e curricular parecem organizadas em torno de uma lógica voluntariosa. Elas visam ao desempenho, ao progresso, ao desenvolvimento e almejam formar um cidadão crítico, autônomo racional, letrado, consciente, dotado de competências e habilidades – e a lista continua... Em *Linhas de escrita*²¹, a filósofa da educação Sandra Corazza argumenta que o discurso educacional é repleto de clichês e palavras de ordem. Tal linguagem imperativa aparece centrada na expectativa de que o currículo forme, a escola prepare, o professor ensine e os estudantes se desenvolvam, de modo que, não raro, o léxico mobilizado reencena uma gramática dos quereres. Vale mencionar como, nessas vertentes, a imaginação se vê domesticada sob o signo da criatividade, tornando-se uma mera especialização da adaptabilidade às lógicas mercantis que assediam o discurso educacional. E mesmo quando consideradas sob o signo da inovação

21 Corazza, S., *Linhas de escrita*, 2004.

pelas vias da invenção, a imaginação segue se orientando do querer ao resultado, enquanto insiste em apontar tanto o desejável quanto o modo de alcançá-lo.

Argumento, contudo, que tal engrenagem se movimenta por meio de uma sintaxe redutora que projeta de antemão um ideal de sujeito, aprisionando o ato educativo em um nexos causal e projetivo operado sob a égide de uma razão funcional e antropocêntrica que asfixia a diferença. O problema que ressoa é como tal mecânica articula uma disputa em torno da significação acerca do que a educação é – ou deveria ser, que se manifesta pela proliferação de propostas, parâmetros, modelos, orientações, diretrizes, normativas. Nesse sentido, a gramática dos quereres tende a aprisionar a linguagem num circuito fechado entre vontade e realização, fazendo com que o discurso educacional seja habitado por um tempo projetivo, teleológico, linear e causal; um tempo da certeza pronto a restringir e constringer as possibilidades, “ao negar ao outro/aluno sua alteridade, transformando-o em projeto edificante da escola”²². E mesmo se reconhecermos que essa gramática falha – algo sempre escapa; paradoxalmente, a educação se torna tanto o fracasso do sujeito moderno quanto o espaço para o surgimento de novas subjetividades. E essa segunda saída passa a ser aquilo que se quer. O preferível soa inescapável.

O incômodo não está propriamente na vontade em si, senão no modo como o discurso educacional soa restritivo ao reduzir o desejável ao pensável, o pensável ao possível e o possível ao realizável; obliterando, desse modo, todo um conjunto de impossibilidades apenas por parecerem impensáveis. Portanto, é aqui que inscrevo minha aposta: pensar a imaginação como procedimento de linguagem, um modo de dizer *Eu preferiria não*, pode ser o que nos permita atentar ao impensável em educação, isto é, uma educação despojada da noção de projeto de formação do indivíduo orientado ao progresso e um currículo implicado com a relacionalidade ativadora de uma escuta do indizível.

Frente a uma linguagem educacional comprometida com lógicas normativas, teleológicas e antropocêntricas, o que pode a imaginação, se pensada como linguagem agramatical, sem referência ou preferência? É concebível uma linguagem pedagógica que prescindia da vontade de...? E mais: ativar uma imaginação educacional e curricular que, diante da insistente retórica de que para entrar no jogo é preciso cotejar, se afirme como recusa à própria possibilidade de preferência? E ainda: uma imaginação que siga dizendo: *Eu preferiria não*?

22 Macedo, E. A Educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. *Revista e-Curriculum*, v.17, n.3, p. 1101-1122, jul.-set. 2019.

Um “não” que não se opõe, mas retira adesão.

Um “não” que não joga o jogo do sim/não.

Um “não” que não afirma uma vontade de nada, mas um nada de vontade?

Uma vez admitida a insustentabilidade dos modelos desenvolvimentistas e das narrativas centradas no sujeito da razão moderna, parece-me urgente, senão descolonizar, ao menos perturbar o pensamento educacional e curricular. Para tanto, importa considerar a imaginação, à luz do *Eu preferiria não*, como um modo de experimentar a desarticulação da gramática educacional deslocando-a para fora da sintaxe dominante e abrindo-a a uma entonação outra. Algo mais próximo de uma variação melódica, rítmica, afetiva para a qual interessa ver o invisível, ouvir o inaudível, dizer o indizível. Em suma, pensar o impensável em educação. Junto à fórmula de Bartleby, trata-se de considerar a imaginação em sua força de fazer titubear a linguagem educacional e curricular para, na contramão da vontade, não afirmar nenhuma outra, mas tão somente instaurar uma tensão entre dizer e não dizer a fim de fazer vibrar uma intensidade que mostre a alogicidade de sua lógica funcional.

Importa pontuar que transpor o gesto de Bartleby para o campo educacional não se constitui um boicote nem diz respeito a assumir uma postura de passividade. À contrapelo, configura-se mais uma atitude ética voltada à eliminação do querer, de modo a fazer ressoar a passagem da *potentia ordinata* à *potentia absoluta* de que nos fala Aganben. Em outros termos, assume-se o exercício radical de suspender o automatismo da linguagem voluntariosa — quer seja ela afirmativa ou negativa —, recusando toda referência à vontade para alcançar o vazio do qual a criação procede. Em vez do fechamento do sentido, ruma-se em direção à abertura de uma fenda na língua padrão que se limita, tão somente, “a colocar sua impossibilidade”²³. Esse empreendimento se afasta da lógica projetiva e de uma criatividade domesticada convertida em competência, para apostar, justamente, na interrupção do uso funcional da linguagem. Assim, torna-se possível valer-se da imaginação como operação ético-política que ousa desviar do uso comum da linguagem pedagógica introduzindo uma língua menor dentro da língua.

Desse modo, o que se delineia é uma micropolítica da linguagem sustentada por uma imaginação que, agenciada pela leitura deleuziana da fórmula de Bartleby, possibilita um desinvestimento do poder na medida em que não

23 Aganben, G. *Bartleby, escrita da potência*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, 2007.

sugere uma nova força contra a linguagem pedagógica majoritária, mas subtrai a sua sustentação gramatical, configurando-se uma política de interrupção suscitada pelo esvaziamento da referencialidade.

Desse modo, pensar a imaginação como procedimento de linguagem, à luz da fórmula de Bartleby, requer assumir que sua força emerge quando a linguagem se torna disfuncional. A imaginação como procedimento de produção de rachaduras por onde possa passar o vento da alogicidade, fazendo a linguagem educacional delirar. Ou ainda: a imaginação como gagueira — no sentido atribuído por Deleuze — uma vibração interna, um desequilíbrio da homogeneidade, um movimento capaz de fazer vibrar cada partícula e cada termo. A imaginação opera, então, justamente ao desestabilizar a linguagem normativa, explicitando sua crise e insustentabilidade; não para dizer outra coisa, mas para fazer outra coisa com o dizer.

Nessa dobra que chegamos ao terceiro fio.

Imaginação e Gagueira

Ainda com Deleuze, encontro uma chave interessante para pensar a gagueira. Para o filósofo, gaguejar não é um defeito da fala, mas a criação de um uso menor dentro de uma língua maior, “onde o modo menor designa combinações dinâmicas em perpétuo desequilíbrio”²⁴. É a língua fugindo de si mesma, modulando-se sem cessar. Essa ideia de gagueira como afeto da língua, em vez de afecção da fala, se aproxima de um pensamento que opera pela desaceleração da produção de um enunciado por meio de uma enunciação em suspensão. Como em Bartleby que, ao responder *Eu preferiria não*, renuncia à forma dominante de dizer e pensar.

Assim, a imaginação, mais do que uma faculdade a ser desenvolvida no viés da produtividade, trata de um regime a ser instaurado pelas vias da inoperância. Não como criação do novo, mas como tropeço no já dito. Não para proceder a uma resposta, e sim inventar a possibilidade de dizer, mesmo diante de sua impossibilidade, a fim de manter uma certa vitalidade do pensamento. Imaginar é, antes, ativar uma sensibilidade ao ponto de escutar a voz interna da linguagem sussurrando: “não assim”, “não agora”, “não desse jeito”. E se não fosse assim?

E “Quando a língua está tão tensionada a ponto de gaguejar ou de murmurar, balbuciar... a linguagem inteira atinge o limite que desenha o seu fora

24 Ibidem, p. 141.

e se confronta com o silêncio”²⁵. Gaguejar, então, é o pensamento tentando dizer o que ainda não tem nome. Algo que se aproxima do som que se arrasta antes de ser palavra num tempo que se estende antes do entendimento. Tudo isso, enquanto talha na própria língua uma língua estrangeira que não preexiste. Desse modo, a imaginação recusa-se ao servilismo do pensamento e também o desacelera, obrigando-o a parar, parar para respirar, escutar o que resta nas entrelinhas do não dito e do não sabido na borda do enunciável. Talvez seja isso que Deleuze intui ao falar da língua que gagueja em sua própria língua. Uma língua que não busca comunicar, mas vibrar intensidades.

Compreende-se, assim, que a gagueira da linguagem tomada junto à fórmula de Bartleby são duas faces do procedimento imaginativo comprometido em escavar a linguagem maior, até que um buraco nela se faça. Frente à ecolalia insistente dos discursos educacionais e curriculares, o *Eu preferiria não* funciona como um balbúcio pronto a fazer a gramática pedagógica titubear introduzindo uma zona de vizinhança entre o inaudível, o dizível e o impensável.

Seguindo essa trilha, pensar currículo, ensino, formação, educação desde a gagueira, pode ser o que nos permita abrir espaço para outras escutas. Uma escuta que acolhe a hesitação como lampejo de novas formas de relação com a linguagem, com o si, com o outro, com o mundo. O que estou tentando dizer é: imaginar junto ao *Eu preferiria não* de Bartleby pode ser o gesto que nos permita desfuncionalizar a palavra e, ao fazê-lo, arriscar interromper o uso comum da linguagem tornando-nos estrangeiros dentro da própria língua. Dito de outro modo, o movimento de tomar a imaginação enquanto ativação da gagueira na linguagem pedagógica consiste num modo de desarticular tanto a lógica do mestre da razão quanto a do naufrago dela. Ou seja, como um excluído da razão, uma imaginação orientada à interrupção e à demonstração da impossibilidade da lógica vigente. Uma maneira de retirar adesão frente ao jogo da eficiência, da utilidade, da ilusão de eficácia da resposta última e redentora para o que quer que seja. Mas, também, uma forma de assumir junto ao pensamento educacional e curricular a ousadia de levantar perguntas que entrem no jogo de sentir-pensar não mais para cotejar, senão fazer perguntas impossíveis.

Frente à saturação de projetos, planos, diagnósticos e prescrições que atravessam a educação contemporânea, a imaginação como procedimento de linguagem pode ser um modo de manter aberto o chão do pensamento. Um pensamento que não se realiza em soluções, mas em desvios comprometidos

25 Ibidem, p. 145.

com a recusa em aderir à ilogicidade do já dado. Com isso, não se trata de propor um novo modelo curricular ou uma pedagogia da recusa. A sugestão aqui é tanto menor quanto impossível: sustentar a hesitação junto à imaginação abrindo espaço para que ela rume ao não visto, ao não ouvido, ao não sabido, ao não dito. Imaginar, nesse contexto, passa longe de projetar outro mundo educacional. Quiçá permita suspender o mundo educacional como um projeto, qualquer que seja.

Quem sabe, agora, possamos começar a imaginar. Imaginar despojados da projeção de futuros desejáveis, mas implicados numa operação ativada na dobra da recusa. Uma imaginação sem vontade de, que vibra na fenda do sentido e emerge no entre, criando um vazio na linguagem pronto a acolher variações rítmicas, titubeios e desacelerações. E, nessa recusa, abrir espaço para que o pensamento educacional e curricular possa respirar.

Para começo da conversa infinita...

Após percorrer os três fios, chego a esse momento percebendo-me completamente incapaz de oferecer quaisquer considerações finais. Resta dizer que, em jogo, ainda habita uma questão de fundo: se a linguagem educacional e curricular opera por meio de palavras de ordem e imperativos normativos que tendem a capturar ou asfixiar a imaginação, o que acontece quando, diante dessas tentativas claudicantes inscritas em prescrições e receituários sobre o que a educação é ou deveria ser, a imaginação se inscreve no campo educacional e curricular não como projeção ou invenção de futuros, mas como procedimento de linguagem? Na esteira do “não agir” de Bartleby, que tipo de força de pensamento emerge quando a imaginação atua como recusa ativa à forma dominante de dizer e pensar?

Diante de tal abertura, surgem outras questões...

— Não seria o caso de propor uma educação outra?

— *Eu preferiria não.*

— Você não considera reimaginar um currículo verdadeiramente emancipatório?

— *Eu preferiria não.*

— Você não quer melhorar a formação? Reformar o ensino?

— *Eu preferiria não.*

— Mas você não teme que o seu silêncio acabe legitimando o desmonte da escola pública?

— *Eu preferiria não.*

— Você está se omitindo diante das urgências do nosso tempo?

— *Eu preferiria não.*

— Você está ficando louca?! Você quer manter o mundo do jeito que está?

— *Eu preferiria não.*

— Por que não se comprometer com a proposição de um novo mundo possível?

— *Eu preferiria não.*

— Você está desistindo?

— *Eu preferiria não.*

— Afinal, o que você quer então?

— *Preferiria não.*

Longe de encenar um niilismo passivo ou uma renúncia cínica, a insistência na fórmula Bartlebyana como resposta às interpelações desse diálogo inventado, busca performar um exercício imaginativo como trabalho rigoroso de teorizar impossibilidades. A recusa em afirmar um não preferido sem afirmar um preferível ecoa a sustentação de uma vontade de nada como parte da tarefa de vislumbrar a suspensão do automatismo da vontade como modo de resguardar o próprio solo onde o impensável da educação possa, quem sabe, vir a se inscrever.

E se, de início, comecei movida pela obsessão com a fórmula de Bartleby, fui sendo tomada, pouco a pouco, pelo balbucio, pela gagueira. Por isso, tomo como ponto final um trecho da *Conferência sobre o nada*, proferida por John Cage, músico experimental que dedicou parte de sua obra ao silêncio...

“Estou aqui e não há nada a dizer.
 Se algum de vocês
 quiser ir a algum lugar
 pode sair a qualquer momento.
 O que nós requeremos é silêncio.
 Mas o que o silêncio requer
 é que eu continue falando.
 Dê ao pensamento de alguém
 um empurrão: ele cai logo.
 Mas o que empurra e o empurrado
 produzem esse entretenimento
 chamado discussão.
 Vamos ter uma daqui a pouco?
 Ou, podemos decidir não ter uma discussão.
 Como vocês quiserem. Mas agora
 há silêncios e as palavras fazem,
 ajudam a fazer, os silêncios.
 Eu não tenho nada a dizer
 e estou dizendo
 e isto é poesia
 como eu quero.”²⁶

Referências

- AGAMBEN, G. *Bartleby, escrita da potência*. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, 2007.
- CAGE, J. *Conferência sobre o nada*. Tradução e leitura: Augusto de Campos. Disponível em: <http://www.erratica.com.br/opus/110/nada.html>. Acessado em: 19 mai. 2026.
- CORAZZA, S. Pesquisar o acontecimento: estudo em XII exemplos. In: TADEU, T. T.; CORAZZA, S.; ZORDAN, P. *Linhas de escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 7-78.
- DELEUZE, G. Carta a um crítico severo. In: *Conversações*. Tradução por Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, p. 11-22, 2013.

26 Cage, J. *Conferência sobre o nada*. Tradução e leitura: Augusto de Campos. Disponível em: <http://www.erratica.com.br/opus/110/nada.html>. Acessado em: 19 mai. 2026.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução por Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.
- DELEUZE, G. *Bartleby, ou a fórmula*. In. *Crítica e Clínica*. Tradução por Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2019, p. 91-117.
- FOUCAULT, M. *Conversa entre Michel Foucault e Claude Bonnefoy*. In: _____. *O belo perigo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016, p. 33-77.
- MACEDO, E. A Educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. *Revista e-Curriculum*, v.17, n.3, p. 1101-1122, jul.-set. 2019.
- MELVILLE, H. *Bartleby, o escrivão*. Jerusalém: Ruriak Ink, 2013.
- PARAÍSO, M. A. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. *Revista Linhas*, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan.-abr. 2016.
- STENGERS, I. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 442-464, abr. 2018.
- TERRA, N. *Quantizar os estudos em currículo: experimentações aberrantes*. 2023. 189f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.